



**SISTEMA NACIONAL DE ESPORTE E LAZER: UM ESTUDO DOS RECURSOS HUMANOS NA
BAIXADA MARANHENSE¹**

Silvana Martins de Araujo
Kytania Regina Lindoso Dominici
Maria do Socorro Portela de Carvalho
Marileide Moura dos Santos Silva²

RESUMO

Este artigo refere-se aos resultados de pesquisa desenvolvida pelo Núcleo/UFMA do Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer (REDE CEDES), financiada pelo MCT/FINEP/ME. Investigou o perfil dos sujeitos responsáveis pelo gestão e execução das políticas públicas de esporte e lazer em dez municípios da Baixada Maranhense. Utilizaram-se entrevistas semi-estruturadas, aplicadas aos gestores públicos municipais e questionários aos agentes sociais de esporte e lazer. Constatou-se que os gestores e agentes necessitam de qualificação para exercer sua função. Sugere-se a elaboração de diretrizes setoriais de esporte e lazer, que contemplem uma política de recursos humanos com caráter multiprofissional e multidisciplinar.

Palavras-chave: Recursos Humanos, Esporte, Lazer, Políticas Públicas.

ABSTRACT

This article refers to the results of a research developed by the Núcleo/UFMA of the Center of Development of the Recreational Sport and Leisure (REDE CEDES), financed by the MCT/FINEP/ME. It investigated the profile of the responsible subjects for the management and execution of the public politics of sport and leisure in ten cities of the Baixada Maranhense. Half-structured interviews, applied to the municipal public managers and questionnaires to the social agents of sport and leisure had been used. It was evidenced that the managers and agents need qualification to exert their function. It is suggested the elaboration of sectorial directives of sport and leisure, that contemplate a politics of human resources with multidiscipline and multiprofessional character.

Keywords: Human resources, Sport, Leisure, Public Politics

RESUMEN

¹ Este texto é resultado da pesquisa financiada pelo FINEP/MCT e ME

² Integrantes da Rede CEDES/UFMA



En este artículo nos referimos a los resultados de la búsqueda desarrollada por el Núcleo/UFMA del centro de desarrollo del deporte recreativo (Rede Cedés), financiada por el MC/FINEP/ME. Investigó el perfil de los sujetos responsables por la gestión y excursión de las políticas públicas del deporte y del ocio en diez municipios de la “Baixada Maranhense”. Utilizaron entrevistas semi-estructuradas con los gestores públicos municipales y cuestionarios a los agentes sociales del deporte y del ocio. Constatando que los gestores y agentes necesitaban de más calificación para ejercer su función. Sugiriéndose la elaboración de directrices sectoriales del deporte y del ocio, que contemplan una política de recursos humanos con carácter multiprofesional y multidisciplinar.

Las palabras clave: Recursos Humanos, Deporte, Ocio y Políticas Públicas.

1 INTRODUÇÃO

No Estado do Maranhão existem poucas informações sobre os principais sujeitos que atuam no esporte e lazer. O conhecimento sobre os recursos humanos é importante na elaboração e consolidação de uma política pública para área, a exemplo, pode-se citar a necessidade de subsídios dessa natureza para a adesão de estados e municípios ao Sistema Nacional de Esporte e Lazer, em construção no país.

Elegeram-se a Baixada Maranhense como locus da pesquisa, principalmente, por considerar o quadro de vulnerabilidade social a que está sujeita e por esta concentrar os menores índices de desenvolvimento humano do Estado.

Esta pesquisa foi desenvolvida pelo Núcleo da REDE CEDES/UFMA, com o objetivo de investigar qual o perfil dos sujeitos responsáveis pelo gerenciamento e execução direta das políticas públicas de esporte e lazer em dez municípios da Baixada (Arari, Cajari, Matinha, Olinda Nova do Maranhão, Palmerândia, Penalva, São Bento, Viana, São João Batista e São Vicente Férrer), no intuito de identificar a escolaridade, formação profissional, competências/domínios, regime de contratação, critérios de seleção para o cargo, dentre outros.

A trajetória inicial consistiu numa pesquisa quanti-qualitativa, cuja proposta metodológica se deu através da combinação de pesquisa bibliográfica e de campo, com delineamento do tipo levantamento.

A pesquisa de campo foi realizada entre os meses de fevereiro a outubro de 2007 na qual foram aplicados questionários a 190 agentes sociais, e entrevistas com 16 gestores de educação, cultura, esporte e lazer.

Inicialmente, apresenta-se a caracterização da Baixada Maranhense e em seguida, apontam-se as informações contidas nos questionários e entrevistas que retratam o perfil dos agentes e gestores sociais de esporte e lazer atuantes nos municípios.

Na conclusão encontram-se algumas reflexões acerca dos resultados da investigação, elaboradas com o intuito de colaborar significativamente com o processo de construção do Sistema Nacional de Esporte e Lazer.

2. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA



Caracterização da Baixada Maranhense

A microrregião da Baixada Maranhense corresponde a uma área territorial de 17.579,366 km² (5,3% da área territorial do Estado do Maranhão). Localiza-se na mesorregião Norte Maranhense e possuía, até o ano de 2006, uma população de 518.241 habitantes distribuídos em 21 municípios, ou seja, 8,5% da população do Estado (IBGE, 2006). Seu Índice de Desenvolvimento Humano médio é de 0,595, abaixo, portanto, da média estadual, que é 0,683 e da média nacional, que é 0,800. (PNUD, 2000).

Quadro I - Síntese dos indicadores socioeconômicos dos dez municípios da baixada maranhense objetos da pesquisa.

Municípios	Localização/ População	Educação	Renda Per Capita	IDH/Gini
Arari	165 km de São Luís, área de 1.100,285 km ² e uma população de 27.753 habitantes.	Segundo dados do IBGE (2007), a rede escolar de Arari apresentou um número de 5978 matrículas no ensino fundamental, 1406 no ensino médio e 1191 na educação infantil	Cresceu 62,01%, passando R\$ 58,89 em 1991 para R\$ 95,41 em 2000. A pobreza diminuiu 20,57%, passando de 82,7% em 1991, para 65,7% em 2000.	O IDH de Arari em 2000 era de 0,67, e o índice de GINI cresceu 0,59 em 1991 para 0,62 em 2000
Olinda Nova	População estimada no total de 10.091 habitantes em 2004.	Em 2000, possuía 38,4% de analfabetos.	Em 1991 era de 31,80 e no ano de 2000 era de 55,00	O IDH e o índice de GINI eram, respectivamente, no ano de 2000, 596 e 0,55.
Viana	Está a 110 km da capital São Luís. Sua área territorial compreende 1.162 km ² e a população total em 2007 era de 47.466 habitantes.	11.538 alunos (as) foram matriculados (as) no ensino fundamental (da rede pública e privada) em 2006 e desse total apenas 21,22% conseguiram se matricular no ensino médio	A renda <i>per capita</i> média de R\$ 74,6 (Atlas de Desenvolvimento Humano/PNUD, 2003), confirma a vulnerabilidade social do Município de Viana.	Ocupa a 4307 ^a posição no perfil dos municípios brasileiros em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que em 2000 era 0,619.



IMPLICAÇÕES NA/DA EDUCAÇÃO FÍSICA E CIÊNCIAS DO ESPORTE

Palmeirândia	Localiza-se a 66,9 km da capital. Sua população está estimada em 18.105 habitantes e a área territorial é de 526 km ² .	1.234 estudantes matriculados no ensino pré-escolar, 4.100 no ensino fundamental e 511 no ensino médio.	R\$ 1.127,41 de renda per capita, quando a média nacional está acima dos R\$ 8.000,00, ou seja, muito aquém das necessidades mínimas para um padrão de qualidade de vida razoável.	O IDH é de 0,569.
São Bento	Dista 299 km de São Luís. A área total do município é de 459,452km ² e a sua população estimada é de 37.449 habitantes (censo 2007).	No ano de 2007, possuía um total de 9.564 matrículas no ensino fundamental. No ensino médio há registro de 2.545 matrículas e no ensino infantil 1.960.	Apresenta um Produto Interno Bruto – PIB de R\$ 34.025.742,00 (IBGE/2003) e um PIB per capita de R\$ 1.020,78 (IBGE/2003).	O índice de IDH revela que o município encontra-se na 4.828ª posição, em relação aos 5.512 municípios do Brasil.
Cajari	206 km de São Luís. Ocupa uma área de 544 km ² , em 2000 a sua população era de 13.405 habitantes.	O número total de matrícula do ensino fundamental é de 5.064, das quais 4.421 são de escolas do município e apenas 643 do Estado.	PIB per capita de R\$ 2.755,00	O IDH em 2000 era 0,589.
São João Batista	280 km de São Luís capital do Estado. Ocupa uma área de 691 km ² , onde vivem 18.108 habitantes (IBGE 2007).	Tem matriculado 4.634 no ensino fundamental e 966 no ensino médio	PIB per capita R\$ 1.958,00	O IDH é de 0,592
Matinha	Localiza-se 232 km de São Luís, com 21.644 habitantes, sua taxa de	Tem taxa de analfabetismo de 38,8%	PIB per capita R\$ 1.735,00	IDH é de 0,640.



	urbanização em 2000 foi de 5,91			
Penalva	33.473 habitantes distribuídos em uma área de 786 km ² , localizado à 255 Km de São Luís	Tem 8579 matriculados ensino fundamental e 1.796 no ensino médio	PIB per capita R\$ 2.137,00	IDH de 0.584
São Vicente de Férrer	75,7 km de São Luis. Possui uma área de 394,6 km ² , com população estimada de 19.692.	A taxa de alfabetização é apenas 66,3%.	Cresceu de 31,03%, passando para 56,58 em 2000.	O IDH e o índice de GINI eram, respectivamente, no ano de 2000, 0,571 e 0,58.

Os indicadores socioeconômicos dos municípios que integram essa microrregião do Estado maranhense a colocam com uma das que apresentam o maior grau de vulnerabilidade social, fato que aumenta a necessidade de implementação de políticas públicas na região. Tal quadro, obviamente, apenas reflete e aprofunda os indicadores sócioeconômicos do Estado, o qual ocupa, dentre as demais unidades da federação, a penúltima posição no que se refere ao Índice de Desenvolvimento Humano. Por ser uma região de tipo de modernização rural e tradicional, a principal atividade de subsistência é a agricultura e a agropecuária.

O perfil dos agentes sociais

A pesquisa realizada revelou inúmeros aspectos relevantes que indicam necessidades prementes em relação à formulação de políticas públicas compatíveis com o referencial conceitual considerado nesta pesquisa.

Apresenta-se a seguir evidências e tendências reveladas pelos índices apurados nas seguintes categorias de análise: a) nível de escolaridade; b) segmentos sociais; c) atividades desenvolvidas relacionadas ao esporte e lazer e d) relação de trabalho com a entidade.

Nível de escolaridade

Constatou-se a incidência média de 46,42% dos agentes com formação escolar em nível médio completo. Ao se considerar o universo total de agentes, inferiu-se que o índice apurado (próximo da metade) é expressivo, em virtude de que, supõe-se, que o domínio da escrita e da leitura, enquanto instrumentos essenciais para desenvolvimento intelectual e para a produção de saberes estariam presentes no conjunto das habilidades básicas necessárias à qualificação e planejamento das ações.



No mesmo sentido, apurou-se como segundo índice de maior incidência (26,15%), a formação escolar com nível médio incompleto, neste caso, considerou-se o mesmo contemplado com a análise anterior. Os demais índices apresentados no quadro acima não se revelaram tão expressivos, em relação aos seus níveis quantitativos, entretanto, certamente apresentam elementos indicativos que caracterizam o perfil dos agentes como um todo, que, na qualidade de componentes do conjunto de agentes, possuem a condição de influir no processo de intervenção social, por via de seus saberes específicos, na medida de suas respectivas condições momentâneas de conhecimento.

Em relação ao índice médio de escolaridade superior completo (14,45%), destaca-se que não se identificou nenhum caso de agente social com formação na área de Educação Física. Ou seja, deduz-se que em todos os casos, relativo a este tópico, os agentes desenvolvem ações no campo do esporte e lazer sem formação específica na área e, em muitos casos, se trata de professores de outras disciplinas, em escolas, que complementam sua carga horária desenvolvendo atividades esportivas com os alunos, diante das circunstâncias da ausência de professores de Educação Física.

Segmentos sociais

Considere-se, inicialmente, a condição original da questão interrogada, que permitiu aos agentes optarem por mais de uma resposta. Obeve-se como destaque a constatação de que em 80% dos municípios (Matinha, São João Batista, Olinda Nova, Cajari, São Vicente de Férrer, Palmeirândia, Viana, São Bento) os agentes sociais afirmaram participarem de **Movimentos Populares e Sociais**, na proporção média de 32,32%, ou seja, 1/3 do total dos agentes, destes municípios, mantém relação direta com organizações sociais diversas. Implica em se considerar que há uma forte presença popular na organização das ações no campo do esporte e do lazer.

Acrescendo-se a estes índices têm-se a inclusão de mais 31,59%, em média, de participação de agentes sociais de esporte e lazer vinculados a **Organizações Não Governamentais-ONGs**, vertente esta identificada em 50% destes municípios (Matinha, Olinda Nova, São Vicente Férrer, Palmeirândia, São Bento).

Em relação aos vínculos sociais dos agentes, os dados caracterizam um perfil predominantemente popular, denunciando, dessa forma, que esse “fenômeno” se dá devido à ausência do poder público, no que diz respeito à formação de recursos humanos para o atendimento das demandas sociais na área de esporte e lazer.

No mesmo sentido, considerou-se que o envolvimento predominante de agentes com esse perfil decorre de forma voluntária e voltada para o suprimento das necessidades dos segmentos sociais ligados às próprias instituições as quais os agentes representam. Ou seja, na ausência do poder público, a sociedade se organiza, mesmo que de forma precária.

Atividades relacionadas ao esporte e lazer

Em 50% dos municípios pesquisados, constatou-se que, em média, 86,5%, dos agentes sociais de esporte e lazer desenvolvem atividades variadas, tais como: esportivas e recreativas, curso de formação em música, aulas de Educação Física, *personal training*, coordenação/promoção de eventos, arbitragem, capoeira, brincadeira de roda, passeios, caminhadas, encontros com idosos, oficinas de dança e esporte-, recreação, passeios, organização de eventos, etc.



Ponderou-se que a diversidade de ações empreendidas pela maioria dos agentes, reflete, em um certo sentido, a precariedade em relação à oferta de recursos humanos para o desenvolvimento de ações no campo em discussão, já que a polivalência caracteriza a principal marca das supostas intervenções. Por outro lado, constatou-se que parcela significativa dessas atividades estão voltadas à realização de eventos esportivos em detrimento de ações que pudessem valorizar a diversidade dos interesses do lazer.

Relação de trabalho com a entidade

Evidencia-se a precariedade das relações de trabalho dos agentes sociais, pois, em média, 70,56% deles não possuem qualquer tipo de vínculo profissional com os segmentos que participam. Dos 29,44% daqueles que declararam possuir algum tipo de vínculo, 49,72%, são concursados. Identifica-se, dessa maneira, que aproximadamente 85% de todos os agentes sociais de esporte e lazer estão à mercê do voluntarismo.

O quadro como um todo retrata uma fragilidade e inconsistência das políticas públicas para a área uma vez que a qualificação da gestão necessita de formação de quadros de pessoal preparados para planejar, respeitando-se e valorizando-se os direitos sociais e a acessibilidade universal às ações no campo do esporte e lazer e intervir de forma qualificada e mediadora.

Valores atribuídos ao esporte e lazer

Com relação aos valores atribuídos ao esporte e lazer pelos agentes sociais, as informações obtidas na pesquisa foram sintetizadas no quadro a seguir:



Quadro II: Concepções sobre esporte e lazer

MUNICÍPIOS	CONCEPÇÕES SOBRE ESPORTE E LAZER
PENALVA	Identificaram o esporte e o lazer como um meio de tirar as crianças da violência e garantir um futuro melhor. Sobre o lazer, especificamente, relacionaram a uma atividade realizada fora do trabalho, tempo livre, além de ser uma maneira de cuidar da saúde e do corpo, enquanto o esporte caracteriza-se por ter regras, competição envolvendo organização de torneios e campeonatos.
CAJARI	Identificaram o esporte e o lazer de forma separada. Enquanto o esporte foi identificado como recurso de tirar os jovens das drogas, meio de juntar as pessoas, importante na educação de crianças e jovens, bem como algo relacionado a saúde, o lazer foi associado a uma forma de diversão que serve para relaxar o corpo.
VIANA	Tanto o esporte quanto o lazer ocupam o tempo livre e evitam o consumo de drogas. Especificamente com relação ao lazer, relacionaram-no à descontração, entretenimento, diversão, desvinculado de regras, enquanto o esporte foi relacionado as modalidades de desenvolvimento físico e mental e normas mais detalhadas.
OLINDA NOVA	Relacionaram o lazer e o esporte com movimentos corporais que podem ser desenvolvidos de forma educativa.
ARARI	O lazer é relacionado à espontaneidade, saúde, educação, distração, bem-estar, divertimento, relaxamento e socialização, enquanto o esporte associado também à educação, a prática de habilidades físicas, a competição, às práticas esportivas, regras e normas e futebol, além de ser uma forma de resgate de jovens.
SÃO VICENTE DE FÉRRER	Identificaram apenas o lazer relacionado a diversão, prazer, passatempo, entretenimento e brincadeiras, sem o caráter da obrigação.
PALMEIRÂNDIA	Enfatizaram o lazer como uma atividade de diversão, distração, momento de descanso e fora do trabalho. O esporte apresenta funções moralizadoras e



	educativas, além de estar relacionado à competição e alto rendimento, com fins lucrativos.
SÃO JOÃO BATISTA	Distinguiram o esporte como uma modalidade com regras, enquanto o lazer como uma prática desobrigada, sem compromisso.
MATINHA	Relacionaram o esporte e o lazer ao prazer, diversão, qualidade de vida, descanso, inclusão social, porém ressaltaram que o lazer não tem imposição, enquanto o esporte sim.
SÃO BENTO	Identificaram o esporte e o lazer à prática sem compromisso, à idéia de saúde, além do lazer ser uma atividade social.

As opiniões emitidas por alguns dos agentes revelaram certa dificuldade ao conceituar esporte e lazer. Percebeu-se uma clara dissociação envolvendo elementos distintos e que de alguma forma se complementaram, pois, enquanto o esporte foi visto pela seriedade das regras e da competição. O lazer foi caracterizado pelo prazer, relaxamento e divertimento. Todavia, essa concepção reduziu o conceito desse fenômeno a um único viés: o da diversão, desinteressado e liberado das obrigações.

É importante ter clareza de que este fenômeno não é meramente um tempo disponível e liberado do trabalho. Neste âmbito, Mascarenhas (2003) aponta que o lazer deve ser espaço de organização de cultura, onde se questionem os valores da ordem social vigente, de forma que as pessoas não apenas vivenciem atividades e brincadeiras, mas que possam produzir cultura.

Com relação ao esporte, um dos pontos a ser destacado refere-se ao papel atribuído pelo mesmo, enquanto um instrumento, recurso ou estratégia para a promoção do que está sendo chamado de “inclusão social” (Lopes et al 2007), alegando que o mesmo pode excluir os jovens da violência. O esporte, então, é visto como uma “espécie” de panacéia para os males sociais e sua prática seria capaz de produzir transformações comportamentais.

Para estes grupos de agentes verifica-se com clareza que as tipificações manifestadas se inserem no campo do senso comum, pois, embora tenham citado algumas vertentes possíveis, da prática como meio, não apresentando nenhum argumento contextual que indicasse uma perspectiva mais ampliada, as respostas dos agentes demonstram que cada um traz consigo, um entendimento de esporte e lazer que baliza seu trabalho e pode ser construído tanto a partir das vivências cotidianas do trabalho com o lazer, quanto de leituras e estudos sobre o tema que os mesmos venham a ter tido.

Organização de eventos

Percebe-se que os sujeitos pesquisados, embora não tendo conhecimentos científicos que sustentem suas metodologias conseguem desenvolver suas ações de forma satisfatória.

De modo geral, observou-se que há um entendimento dos agentes no que se refere às orientações básicas sobre os elementos fundamentais para a organização de um evento esportivo e de



lazer. O primeiro item a ser considerado refere-se ao planejamento, o que demonstrou a preocupação com a prevenção de problemas relacionados com o desenvolvimento das atividades.

Os agentes também elegem como fundamental para suas ações, a articulação com diferentes setores da sociedade civil, a **mobilização social**. Na visão desses agentes sociais, cabe à população não apenas a vivência das atividades, mas também a participação na elaboração e execução das ações. Isso difere de uma postura passiva e alienante da construção de uma política de lazer.

Alguns grupos mencionaram a **dimensão das competências pessoais** tais como: *conhecimento, responsabilidade, boa vontade, humildade, além de paciência*. Estes elementos caracterizam uma preocupação mais humanista que se associaria às competências de ordem técnica/instrumental, necessárias, todas elas, à realização de eventos.

As questões referentes aos **recursos financeiros, materiais e infraestrutura** também foram mencionados como aspectos importantes para serem utilizados na organização de eventos dessa natureza.

Segundo as respostas dos agentes percebeu-se que estes destacam em suas falas os pilares fundamentais para uma política setorial de esporte e lazer. É importante ainda ressaltar que os conhecimentos que os executores da política possuem, refletem substancialmente sobre a forma como as atividades se desenvolvem.

Isso denota que apesar de os agentes não terem passado por bancos de universidades e nem cursarem disciplinas como organização e planejamento de eventos esportivo e de lazer, mesmo assim possuem conhecimentos advindos da prática cotidiana dessas atividades em suas comunidades.

Formação profissional

Em 80% dos municípios pesquisados, os agentes de esporte e lazer consideraram sua formação insuficiente para o desempenho na área, e avaliam a falta de formação específica e cursos, como as principais dificuldades para o exercício da função. Aqueles que consideraram sua formação suficiente, o fizeram justificados pela sua experiência profissional e, em 30% dos casos, pelo trabalho desenvolvido pela ONG Formação.

De modo geral, os agentes de esporte e lazer dos municípios estudados destacam a omissão e a falta de compromisso do poder público com a ausência de uma política de formação e qualificação do seu quadro de profissionais.

A realidade constatada é preocupante pois, de acordo com estudiosos da área, para atuar com esporte e lazer é imprescindível uma base teórica sólida, uma ampla cultura e o conhecimento de conteúdos específicos que qualifiquem a concretização do trabalho.

Como menciona Isayama (2005), a formação do profissional no âmbito do esporte recreativo e de lazer deve ser prioritariamente centrada no conhecimento, na cultura e na crítica, a fim de concretizar os ideais de transformação da realidade social vigente, compreendendo o lazer enquanto momento de vivência criativa e consciente.

Deve-se reconhecer e valorizar a atuação dos agentes de esporte e lazer dos municípios estudados, pois, mesmo com todas as dificuldades por eles listadas (falta de remuneração, capacitação, material, etc.) são estes os principais responsáveis pelas políticas públicas de esporte e lazer na região. Sabe-se que é dever do poder público a qualificação desses profissionais, garantindo-lhes formação e recursos apropriados. No entanto, destaca-se que a qualificação profissional é apenas uma parte da política de esporte e lazer e, a simples denúncia dos problemas não garante transformação da realidade.



Importância do agente de esporte e lazer

Em 70% dos municípios investigados, os agentes de esporte e lazer informaram que a importância da sua atividade está relacionada ao afastamento de crianças e adolescentes da marginalidade e dos vícios, além de desempenharem a função de descobrir talentos esportivos. Apenas 30% dos municípios caracterizaram o agente como um multiplicador que colabora com o crescimento e desenvolvimento da comunidade, visando através da ludicidade ser um articulador, orientador e educador na área do esporte e lazer.

Ficou evidente nos discursos dos agentes, a visão funcionalista do esporte, reforçada pela ideologia dominante, que atribui a ele a “cura” de males sociais, negando que os problemas da sociedade sofrem múltiplas determinações, e para amenizá-los, é necessária a intervenção do Estado em políticas públicas intersetoriais eficientes.

A importância do agente de esporte e lazer não se reduz às concepções diagnosticadas. O agente social de esporte e lazer tem uma ampla atuação como mobilizador, aglutinador, animador, organizador, mediador, motivador e arregimentador junto à comunidade, estando qualificado para interagir com as demais áreas sociais e com a cultura local, como prevê as deliberações do documento final da II Conferência Nacional de Esporte (2006).

O perfil dos gestores

Estrutura organizacional do esporte e lazer e a formação do gestor

Na maioria dos municípios investigados, os setores responsáveis pelo esporte e lazer apresentam-se vinculados às Secretarias de Educação sob a forma de coordenações e/ou departamentos específicos. Portanto, os gestores entrevistados foram Secretários (as) de Educação e/ou Coordenadores de Esporte, conforme quadro abaixo:

Quadro III- Formação dos gestores de esporte e lazer

MUNICÍPIO	FUNÇÃO	ESCOLARIDADE	FORMAÇÃO
ARARI	Diretor do Departamento de Esporte	Ensino médio profissionalizante	Licenciatura curta em Educação Física
CAJARI	Secretário de Educação	Ensino superior	Matemática
MATINHA	Secretária de Educação Coordenador de Esportes	Ensino superior Ensino fundamental	Não informada
OLINDA NOVA DO MARANHÃO	Secretária de Educação	Ensino superior	Letras



IMPLICAÇÕES NA/DA EDUCAÇÃO FÍSICA E CIÊNCIAS DO ESPORTE

PALMERÂNDIA	Coordenador de Esportes	Ensino médio	Educação Física
PENALVA	Secretária de Cultura	Ensino médio	
	Coordenador de Esportes	Ensino médio	
SÃO BENTO	Subsecretário de Esporte e Lazer	Ensino médio	
	Secretário de Administração	Ensino médio	
	Diretor de Esporte e Lazer	Ensino médio	
SÃO JOÃO BATISTA	Secretária de Educação	Ensino superior	Pedagogia
	Secretária adjunta de Educação	Ensino superior	Letras
SÃO VICENTE DE FÉRRER	Coordenador de Esportes	Ensino médio	
VIANA	Secretária de Educação	Ensino superior	Matemática
	Coordenador de Esportes	Ensino médio	

Dos gestores investigados, 56,25% apresentam o ensino médio; os outros 36,50%, afirmaram possuir ensino superior nas seguintes áreas: Matemática, Pedagogia e Letras. Contudo, nenhum dos Coordenadores de Esporte possui graduação, somente o ensino médio. Em um dos municípios, o coordenador afirmou ter o ensino fundamental.

O estudo comprovou que o critério de escolha dos gestores não está relacionado com nível de escolaridade, geralmente eles são aliados políticos, com perfil de atletas ou ex-atletas, desconsiderando-se, portanto a formação e a competência técnica para a função.

Apresentar uma formação em nível superior e específica na área de esporte e lazer não necessariamente garante qualidade da gestão, no entanto, é recomendável uma visão acadêmica sobre os fenômenos que envolvem a abrangência da área, pois, certamente ampliarão o alcance social das ações. Nesse sentido, Isayama (2003, p.59) considera que a ação profissional “requer a compreensão sobre uma série de questões gerais acerca da temática, bem como um mapeamento sobre como cada uma das áreas poderá contribuir com os seus saberes específicos e intervir nesse campo”.



As desigualdades regionais do país foram comprovadas mais uma vez quando se constatou, neste estudo, que os profissionais que atuam na área de esporte e lazer na Baixada Maranhense apresentam baixo nível de escolaridade. Essa realidade deve-se, entre outros motivos, à pequena inserção das universidades (estadual e federal) nos municípios estudados, limitando o acesso aos cursos de nível superior.

Importância atribuída pelos gestores ao esporte e lazer

Através de diferentes argumentos, os gestores atribuíram ao esporte e ao lazer diversas finalidades que para eles garantem sua legitimidade social. Entre elas, destacam-se:

- a) Preencher o tempo livre dos jovens;
- b) Melhorar a qualidade de vida e saúde, promovendo longevidade;
- c) Desenvolver física e mentalmente o ser humano;
- d) Contribuir para o afastamento das drogas e violência, resgatando os jovens da marginalidade;
- e) Estimular a mobilização social;
- f) Desenvolver a criatividade;
- g) Proporcionar descontração e relaxamento;
- h) Incentivar a socialização;
- i) Promover a inclusão social.

A importância atribuída ao esporte e lazer como meio de afastar a juventude das drogas, violência e conseqüentemente da marginalidade foi predominante nas falas dos gestores.

É cada vez mais comum o discurso que vincula o esporte à solução de problemas sociais, como o afastamento de crianças das drogas e criminalidade. Sabe-se que essa concepção pautada no senso comum é idealista, pois por melhor que seja o trabalho desenvolvido com as práticas esportivas, elas por si só, não solucionam os graves problemas sócioeconômicos do país.

Os programas esportivos são importantes, porém, não é possível traçar uma relação linear e simplista entre o esporte e uma possível mudança social. Ele não pode ser rotulado como o “salvador da pátria”, já que as necessidades sociais brasileiras ultrapassam a simples inserção esportiva. (MOREIRA et al, 2007, p.4)

Nota-se, dessa maneira, que o esporte e lazer ainda são apresentados, menos como direitos de cidadania e mais como instrumentos, recursos ou estratégias para a promoção do que está sendo chamado de “inclusão social”. Reproduz-se assim, o discurso da “sociedade do trabalho” que para vivenciar o esporte e lazer necessita atrelá-los a outros setores como forma de justificativa para o “tempo não produtivo”.

Documentos que norteiam o trabalho dos gestores (leis gerais e específicas)

O estudo comprovou que mais de 70% dos gestores entrevistados não utilizam, no exercício de sua função, nenhum documento (leis gerais ou específicas) para pautar suas ações, afirmando a inexistência ou desconhecimento destes. Foram apontados também, de maneira equivocada, regimentos



de jogos, regras esportivas, normas da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), calendários de eventos e até a “experiência”, como instrumentos norteadores da gestão.

A minoria (22,22%) que destacou alguma referência legal limitou-se a citar a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), fazendo considerações genéricas.

As respostas dos gestores revelaram o desconhecimento da existência de documentos legais que possam subsidiar o desenvolvimento de políticas públicas dos municípios, na área de esporte e lazer. Isto certamente compromete a definição de políticas que garantam esse direito à população, bem como a qualidade das atividades desenvolvidas.

Esses dados confirmam que o nível de escolaridade baixo e ausência de uma formação específica dos gestores estão relacionados à insuficiente fundamentação técnica para o exercício de sua função.

É imprescindível que além da organização e realização de eventos e atividades a gestão do lazer e do esporte esteja alicerçada nos ordenamentos orientadores da organização e desenvolvimento das cidades (Lei Orgânica, Plano Diretor da Cidade, Plano Plurianual, dentre outros), como também nas leis mais gerais e nas diretrizes do Ministério do Esporte, não bastando, dessa forma, contar apenas com experiências na área, para gestar o campo do esporte e do lazer.

Existência de diretrizes para o esporte e lazer

Para definir o perfil dos agentes comunitários de esporte e lazer nos municípios já citados, fez-se necessário conhecer também, as competências/domínio de conhecimentos gerais e específicos dos gestores, pois segundo Melo e Hungaro (2007), cabe a eles o gerenciamento de projetos que implementem políticas que assegurem o acesso ao esporte e ao lazer de qualidade.

Observou-se que há um desconhecimento por parte dos gestores sobre a existência de diretrizes para o esporte e lazer e que não existem também políticas públicas nessa área direcionada para a comunidade, tornando-a subordinada ao voluntarismo, ou ao trabalho não qualificado.

Elementos que compõem uma política de esporte e lazer

Entre os principais elementos que compõem a política de esporte e lazer destacam-se: espaços, equipamentos, política de animação e recursos humanos, estes últimos devem ser observados e analisados com a finalidade da estruturação das políticas públicas de esporte e lazer em qualquer esfera de atuação governamental. Sem o conhecimento dos elementos necessários para a efetivação das políticas públicas de esporte e lazer não há como estruturar ações que efetivamente tragam inclusão social, prazer, ludicidade e diversão à população nos municípios investigados.

A maioria dos gestores de esporte e lazer nos municípios investigados desconhece quaisquer elementos que devem compor uma política de Esporte e Lazer a exemplo dos municípios de Penalva, São Vicente de Ferrer, Palmerândia, Olinda Nova e Matinha. Os gestores dos municípios de Arari e São João Batista resumiram sua compreensão sobre esses elementos ao recurso financeiro. O domínio de conhecimento quanto aos elementos que compõem uma política de esporte e lazer se configuraram nas respostas dos gestores do município de Viana e Cajari.

Qualificação profissional e diretrizes setoriais



O estudo indicou a inexistência de uma política de qualificação profissional continuada em todos os municípios. Apenas Penalva aponta para a oferta esporádica de cursos e oficinas, o que não garante a existência de uma política adequada de formação para os recursos humanos, neste município.

A qualificação dos profissionais que atuam com o esporte e lazer se configura de extrema importância. Corroborando com isso Werneck (1998) e outros autores como Marcellino (2001), Isayama, (2003) dizem ser necessária uma sólida fundamentação teórico-prática, integrando diferentes saberes e experiências trazendo-lhe assim uma sólida cultura que vai torná-lo mais organizado, mais precavido e, portanto mais eficaz.

A formação profissional no âmbito do esporte e lazer deve ser comprometida com a construção do saber, procurando, assim, questionar a realidade e o sentido de seu exercício profissional, assumindo uma atitude reflexiva quanto aos processos sociais e as contradições do meio em que está inserido. Essa formação deve incidir numa compreensão do lazer, não como algo alienante, um produto a ser consumido, mas uma possibilidade lúdica, criativa e significativa a ser vivenciada com autonomia e responsabilidade, configurando, assim, a necessidade dos gestores de qualificar os profissionais de esporte e lazer do seu município.

O estudo também constatou a inexistência de diretrizes de políticas públicas de esporte lazer que norteiem as atividades dos municípios pesquisados, bem como o desconhecimento por parte dos gestores dos elementos que venham a constituir políticas sociais neste âmbito.

3 CONCLUSÃO

O estudo *Gestores e agentes sociais de esporte e lazer na Baixada Maranhense: um estudo dos recursos humanos para o Sistema Nacional de Esporte e Lazer* pesquisou o perfil dos sujeitos responsáveis pelo gerenciamento e execução direta das políticas públicas do esporte e lazer em 10 municípios dessa região. A partir dos dados coletados seguem-se constatações que se considera pertinentes para caracterização dos sujeitos.

Os agentes e gestores apresentam como média do nível de escolaridade, o ensino médio completo, este dado aponta para a necessidade de formação de nível superior, que ainda não se configura como uma realidade nos municípios pesquisados, refletindo uma fragilidade na fundamentação teórico-prática e na instrumentalização político-pedagógica, aspecto importante na formação daqueles que pretendem atuar nessa área.

A maioria dos agentes participa de movimentos populares e sociais pela livre iniciativa de efetivação das políticas públicas através da prática voluntária, voltadas para o suprimento das necessidades dos segmentos sociais vinculados às próprias instituições as quais os agentes representam.

Há uma diversidade de atividades de esporte e lazer desenvolvidas pelos agentes investigados, com predominância das esportivas, em especial o futebol. No entanto, a prática dos agentes não deve se restringir apenas a um campo de interesse do lazer, limitando as ações a uma política de atividades isoladas.

Notou-se que a atuação dos agentes está relacionada aos valores que atribuem ao esporte e ao lazer, uma vez que entendem o esporte pelo viés da inclusão social, como salvador da pátria, remédio para os males sociais; enquanto o lazer foi entendido como algo desinteressado, liberado de obrigações e



um meio de diversão. Essas representações denotam o entendimento confuso que os agentes têm acerca desses dois fenômenos, provavelmente, advindas de suas experiências e/ou dos meios de comunicação de massa.

Ressalta-se também que, na realidade pesquisada, há uma multidisciplinaridade de profissionais, em sua maioria sem formação superior, que estão inseridos em entidades de prática de esporte e movimentos populares, executando tarefas diversificadas na área de esporte e lazer.

Os agentes comunitários de esporte e lazer reconheceram a fragilidade da sua formação profissional, pois mais da metade afirmou que esta não é suficiente para o desenvolvimento do trabalho na área, apontando a necessidade da existência de uma política de formação e qualificação profissional.

Ao investigar o conhecimento dos gestores para o exercício da função, como por exemplo: a concepção do esporte e lazer, os elementos que integram a política setorial e os ordenamentos legais que devem nortear essa política, foi constatado que os dirigentes também necessitam de qualificação para o exercício da sua função.

Considerando as recomendações da II Conferência Nacional de Esporte, especificamente no eixo Recursos Humanos e Formação, a realidade encontrada na região indica ser necessário e urgente que mudanças ocorram o quanto antes. Para tanto, sugere-se a elaboração de diretrizes setoriais de esporte e lazer, que contemplem uma política de recursos humanos com caráter multiprofissional e multidisciplinar, na qual os profissionais envolvidos na área possuam formação inicial e continuada, necessária para a universalização da prática do esporte e do lazer como direito de todos, visando a reversão do quadro de injustiça, exclusão e vulnerabilidade social tão marcante na região nordeste do país e mais acentuada no Estado do Maranhão.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Perfil dos Municípios Brasileiros/Esporte2003**. IBGE. Ministério do Esporte e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Rio de Janeiro. 2006.

ISAYAMA, Helder Ferreira. Lazer, formação profissional e trabalho. In: ENAREL, 15., 2003, Santo André. **Anais...**Santo André: s.n, 2003. 1 CD-ROM..

_____. Um olhar sobre a formação profissional no lazer. **Revista Licere**. Belo Horizonte: CELAR. v. 8. n 1. p. 11-19. 2005.

MASCARENHAS, Fernando. **Lazer como prática de liberdade**. Goiânia: UFG. 2003.

MARCELLINO, Nelson Carvalho (Org.). **Lazer e esporte: políticas públicas**. Campinas, SP: Autores Associados, 2001. (Coleção educação física e esportes).

MELO, Lúcio Leite de; HUNGARO, Vitor. Gestão pública de esporte e lazer: uma análise crítica. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE E II CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 15., 2007, Pernambuco. **Anais do XV CONBRACE E II CONICE**. Recife: CBCE, 2007.



MINISTÉRIO DO ESPORTE. II Conferência Nacional do Esporte. **Documento Final:** Construindo o sistema nacional de esporte e lazer. Brasília, DF. 2006.

WERNECK, Christianne L. G. A formação profissional no lazer em nossa moderna sociedade: repensando os limites, os horizontes e os desafios para a área. **Revista Licere**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 47-65, set. 1998.

Endereço: Rua Minerva, quadra 27, n 09, apt. 1402. Edifício Imperial Residence. Renascença II. São Luis – MA. Cep – 65075-035.

E-mail: silvanaaraujo@elo.com.br

Recurso tecnológico – Data-show

(Comunicação Oral – GTT Políticas Públicas)

Silvana Martins de Araujo

Mestre em Educação. Coordenadora REDE CEDES/UFMA

Kytania Regina Lindoso Dominici

Maria do Socorro Portela de Carvalho

Marileide Moura dos Santos Silva³

³ Integrantes da Rede CEDES/UFMA